

VISITANDO A TRAJETÓRIA OU (RE)PRODUZINDO O PASSADO DO CONDEPHAAT

SILVIA FERREIRA SANTOS WOLFF UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE,
SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Arquiteta da Unidade de Preservação Histórica do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Governo Estadual Paulista (UPPH-Condephaat). Pós-graduada em Estruturas Ambientais e Urbanas pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

E-mail: silvia.wolff@mackenzie.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i26esp45-62>

VISITANDO A TRAJETÓRIA OU (RE)PRODUZINDO O PASSADO DO CONDEPHAAT

SILVIA FERREIRA SANTOS WOLFF

RESUMO

Trata-se de rememoração da trajetória do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), órgão oficial de preservação do patrimônio cultural em São Paulo, a partir dos anos 1980, com ênfase na avaliação dos efeitos da ampliação de seus quadros técnicos e renovação dos conceitos de preservação naquela década.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural. Formação profissional. Políticas públicas. Preservação do patrimônio.

VISITING THE CONDEPHAAT TRAJECTORY OR (RE)PRODUCE ITS PAST

SILVIA FERREIRA SANTOS WOLFF

ABSTRACT

Condephaat's trajectory, the official agency of preservation of the cultural heritage in São Paulo (Brazil) with emphasis on the evaluation of the expansion effects of its technical staff and the renewal of preservation concepts in the the 1980 decade.

KEYWORDS

Cultural heritage. Professional qualification. Public policies. Heritage preservation.

1 INTRODUÇÃO

Em 22 de outubro de 2018, foram comemorados 50 anos da fundação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), criado pela Lei estadual n. 10.247. O período de instalação e constituição do órgão já vem sendo estudado com precisão há algum tempo (RODRIGUES, 2000). Nesta ocasião, foi-me solicitado que abordasse sua trajetória a partir de dois marcos: a criação do seu quadro técnico em 1982, ocorrida após realização de processo seletivo naquele momento, e o papel do *Seminário Produzindo o Passado*, realizado internamente em junho e agosto de 1983.

Opto, ou melhor, sinto-me compelida a falar desses momentos a partir da fluência das lembranças. A meu favor, declaro, e não faltarão testemunhas para atestar o fato, que tenho boa memória. Tendo ingressado em 1979 na Secretaria da Cultura, antes mesmo desses eventos, como estagiária na Pinacoteca do Estado e, logo depois, como arquiteta prestadora de serviços no Condephaat, não raro cumpri o papel de rememorar eventos, produções, participações e pessoas que nele atuaram. Situações que nem sempre puderam ser confirmadas por documentos, já que – a despeito da riqueza e da diversidade das práticas e reflexões produzidas em meio século de preservação oficial em São Paulo, e apesar do empenho pessoal de técnicos zelosos – não foi possível ainda organizar

adequadamente a documentação institucional em um arquivo plenamente instalado e aberto a pesquisas.

Não cabem aqui lamentações, e sim evocar, especialmente a partir da perspectiva de uma técnica e de um recorte pessoal, o que foi possível fazer no conselho de patrimônio paulista. Conselho com um início de atuação que selecionou, para tomba, bens culturais e edificações que afirmassem a cultura material paulista. Inicialmente, escolhas imbuídas do espírito do que já se fazia em 30 anos de existência do congênere Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a instituição nacional que vinha tombando e definindo o que era patrimônio histórico e artístico no Brasil desde o Decreto-Lei n. 25, de 1937.

2 CONDEPHAAT

Entre os primeiros tombamentos do Condephaat, figuram velhos solares do Vale do Paraíba, como o Solar do Major Novaes, em Cruzeiro, e o Palacete Palmeira, em Pindamonhangaba; fortalezas no litoral, como a fortaleza de São João, em Bertioga; engenhos de açúcar ou suas ruínas, como o Engenho d'Água, em Ilhabela, ou o Engenho dos Erasmos, em Santos. Também os centros históricos de Cananeia e São Sebastião tiveram seus núcleos tombados logo no início da atuação¹.

A valorização se dava sobre sítios e construções que evocassem a história material paulista, em seus aspectos mais conhecidos e valorizados pela historiografia. Em uma rápida e simplificada aproximação, esse era o quadro reconhecido como “patrimônio histórico e artístico”, como então se dizia, até a década de 1970 no Brasil – e em São Paulo.

Entretanto, no Conselho Estadual de São Paulo não chegou a se estruturar e a se afirmar uma perspectiva de construção de nação ou de uma figura representativa de uma suposta totalidade do “povo paulista”. O Conselho parece logo ter se liberado para trilhar seus próprios caminhos como instituição. Para tal, deve-se perceber que, desde sua criação, qualquer

1. Parte dessas reflexões foi feita quando tratamos dos tombamentos de arquitetura moderna pelo Condephaat em artigo enviado ao 11º Seminário Docomomo Brasil, e reproduzido no portal Vitruvius: WOLFF, Sílvia Ferreira Santos; ZAGATO, José Antônio Chinelato. A preservação do patrimônio moderno no Estado de São Paulo pelo Condephaat. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 194.07, jul. 2016. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.194/6129>. Acesso em: 5 ago. 2018.

cidadão poderia solicitar o que queria que fosse tombado. Além disso, as primeiras ações do Condephaat eram orientadas a partir daquilo que seus conselheiros, de variada formação e representatividade social, valorizassem, sem necessariamente haver uma liderança que lograsse determinar e efetivar uma única visão a respeito do que deveria constituir o patrimônio estadual paulista.

E os pedidos de tombamento pela população logo puseram à prova critérios que excluíaam edificações “sem valor arquitetônico”, como ainda se dizia até os anos 1980.

O que era má arquitetura? O que não fizesse parte do glorioso passado edificado colonial ou do quadro da arquitetura moderna brasileira – tendo esta efetivo reconhecimento, inclusive internacional. Arquitetura reconhecida e instituída pela atuação de personagens indissociáveis da história da preservação e da arquitetura moderna no Brasil, capitaneados por Lúcio Costa.

Se um dos critérios para seleção para tombamentos era o que reconhecia monumentos excepcionais e de destaque na paisagem – portanto edificações de porte –, como desconsiderar, ainda mais com o olhar conduzido pela população que solicitava salvamento do ritmo de destruições, as edificações nascidas da riqueza paulista e que ainda existiam?

O que quantitativamente se destacava do passado e vinha sendo perdido rapidamente nos anos 1980 eram edificações produzidas em momento de grande riqueza paulista, fruto da conjugação de fatores advindos da economia cafeeira, da instalação e expansão da malha ferroviária e da expansão demográfica com a chegada de levas de imigrantes estrangeiros nas últimas décadas do século XIX.

Na segunda metade do século XIX, com ênfase nas últimas décadas, e principalmente a partir da República, no estado de São Paulo houve a implantação da rede ferroviária, conjuntos edificados, incremento de núcleos urbanos e ampla rede de infraestrutura, com pontes, estradas, fóruns, cadeias e escolas públicas. Também vinham sendo preservadas edificações residenciais e religiosas, que representavam outras dimensões da sociedade paulista por todo o estado.

Essas edificações eram então classificadas em um grande e indiscriminado conjunto como monumentos *ecléticos*, enfaticamente desvalorizados

pela crítica de arquitetura. Uma visão que fora instituída a partir da cultura simbiótica entre o campo da preservação e o da arquitetura moderna, que se forjara no Brasil a partir dos anos 1930, justamente combatendo a arquitetura historicista e a produzida por imigrantes.

São Paulo tinha relativamente poucos monumentos coloniais ou mesmo imperiais grandiosos – os que restavam já estavam sendo preservados. Logo, a partir dos anos 1970, com a fundação do Condephaat, passaram a ser solicitados pelos cidadãos tombamentos de casarões e palacetes urbanos, fóruns e cadeias e edificações escolares, localizados em cidades estagnadas no interior, em municípios em surto de desenvolvimento ou na capital em transformação. Todos classificados como ecléticos, portanto, má arquitetura. Ou até mesmo edifícios neocoloniais, outro “descaminho” da Arquitetura já em momento modernista, como os monumentos da antiga “Estrada do Mar” (obra do então relativamente pouco conhecido Victor Dubugras – parcialmente valorizado por estudiosos apenas por ter sido moderno do ponto de vista construtivo e técnico em uma estação de trens da Cia. Sorocabana, em Mairinque). Os paulistas pediam, assim, que se preservassem edificações marcantes na sua história e na paisagem urbana, mais enfaticamente quando estavam ameaçados por demolições.

É nesse contexto que se situa a emblemática luta pela preservação da antiga Escola Normal Caetano de Campos, na Praça da República, na Capital. O prédio, símbolo maior do investimento republicano em educação, foi salvo da lógica desenvolvimentista e pouco conciliadora dos engenheiros do transporte metropolitano em 1976. A primeira linha do Metrô de São Paulo, inaugurada em 1975, se fez rasgando o subsolo da cidade, mas invariavelmente demolindo o que estava por cima, construindo estações com novas e grandes edificações de concreto bruto e aparente – exemplares do que hoje se classifica como Escola Paulista, linguagem desenvolvida em torno de Vilanova Artigas, professor, mentor de toda uma geração e autor do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

Mas não foi possível edificar essa arquitetura sobre os escombros da Escola da Praça, não sobre “a Caetano”. Embora ainda causasse desconforto aos especialistas defender aquele edifício “sem valor arquitetônico”, ninguém da área de preservação ficava imune à importância que a Escola

tivera na formação de gerações, da identidade e da cultura paulista, bem como na categoria mais ampla que aos poucos passava a ser defendida: seu patrimônio ambiental urbano. E o tombamento do grande prédio, projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo – então ainda longe de atingir o atual grau de reconhecimento e “canonização” que hoje alcançou –, concretizou-se (Resolução de 03/06/1976). Ampliava-se a discussão sobre o que podia ser tombado e, portanto, estudado e (re)conhecido.

É com esse panorama de alargamento de perspectiva, de busca de novos conceitos, que é feita também a ampliação dos quadros técnicos do Condephaat em 1981/1982.

Até 1980, o Condephaat, operando desde 1969, funcionava em instalações acanhadas e contava com reduzidíssimo quadro técnico, meia dúzia de arquitetos funcionários públicos cedidos por outras secretarias, duas historiadoras e poucos funcionários administrativos². Nos primeiros tempos, com instalações reduzidas e tão pouco pessoal, o primeiro técnico, o arquiteto Carlos Lemos, também professor da FAU-USP e pesquisador da arquitetura tradicional paulista e brasileira, e a presidente, Lúcia Falkenberg, improvisavam para criar métodos e parâmetros de atuação. O arquiteto, que ficou no Condephaat por dez anos, narra como foi aos poucos buscando estruturar uma ação (LEMOS, 2005, p. 228-234). Fez parte dessa busca a contratação de levantamentos de documentos e de fazendas no interior – acervo rico que ainda aguarda, nos escaninhos do Condephaat, tratamento e divulgação adequados.

Entre 1979 e 1980, o órgão cresceu muito em suas atividades e visibilidade pública; mudou-se para excelentes instalações, posteriormente perdidas, junto à Secretaria, na Rua Libero Badaró, 39, contíguas ao Largo São Francisco. Essa ampliação de atividades foi muito impulsionada por um presidente arquiteto, Ruy Ohtake, que não era “da área”; ao contrário, vinha se afirmando com obra alinhada com a referida Escola Paulista de Arquitetura. Dinâmico, recorreu a formas variadas de contratação para ter pessoal – como o empréstimo de funcionários de autarquias e empresas semipúblicas. Em pouco tempo, o Condephaat chegou a ter mais de 33

2. Arquitetos Carlos Lemos, José Bernardo Castello Branco, Raphael Gendler, Clóvis Lerner e Vera Ferraz. Julita Scarano e Heloisa Barbosa, historiadoras.

arquitetos, 11 historiadores e muitos estagiários³. Nesse período, também por iniciativa de Ruy Ohtake, contou também, em alguns momentos e ainda que em menor número, com sociólogos, topógrafos, desenhistas e jornalistas.

No final da década de 1970, já se esboçava a abertura democrática, mas não ainda no âmbito do Condephaat, cujos rumos e orientações eram divididos pela Presidência do Conselho e por sua Secretaria Executiva⁴. Tal divisão não se dava sem conflitos. As duas instâncias eventualmente divergiam, assim como os membros do quadro técnico, que esboçavam críticas às precariedades materiais e, sobretudo, conceituais do órgão.

Essa situação culminou em crise: usando de seu poder discricionário, o secretário executivo demitiu todo o corpo técnico que vinha sendo contratado precariamente pela TV Cultura entre 1979 e 1980: os 33 arquitetos e 11 historiadores.

A presidência – espoliada do pessoal que vinha executando programas de visibilidade, publicação de manuais, cartazes, folhetos, exposições de rua junto a monumentos tombados, exposição no Museu de Arte de São Paulo, levantamentos do estado de conservação dos bens tombados e até projetos de restauração –, rapidamente deu seguimento a uma ideia que vinha sendo gestada, e utilizou o mesmo número de técnicos precários perdidos para propor e realizar processo seletivo para um quadro com funcionários de carreira – procedimento que, afinal, veio aparelhar legalmente o órgão pouco depois⁵.

Em maio de 1981, o Condephaat iniciou procedimentos por intermédio da reputada Fundação Carlos Chagas – a mesma que realizava os vestibulares da Universidade de São Paulo – para contratação de funcionários públicos para exercer as funções técnicas necessárias a suas atividades (Processo SC 00587/1981). Com brevidade surpreendente, o processo então iniciado, passando por todos os trâmites e avaliações funcionais e administrativos necessários, concluiu-se menos de um ano depois, em fevereiro de

3. Funcionários provenientes da CETESB, SABESP, CESP e TV CULTURA; no Condephaat, contratados pela CIEE, empresa que intermediava as relações entre faculdades, empresas e órgãos públicos.

4. Em 1980, respectivamente ocupadas por Ruy Ohtake e Aldo Nilo Losso.

5. Na verdade, o processo seletivo ainda não garantia plenamente, do ponto de vista legal e administrativo, um quadro permanente, mas isso se resolveu, em 1988, por dispositivo constitucional que equiparou os selecionados ao funcionalismo efetivo.

1982. Inscreveram-se para as provas 1.236 profissionais e foram selecionados 33 arquitetos e 11 historiadores.

O momento era promissor. É certo que pesava negativamente a remuneração, que não atingia padrões mínimos estabelecidos para a categoria de arquitetos e era ainda mais irrisória para os historiadores. Porém, talvez tanto a juventude do órgão como a dos recém-ingressos e o entusiasmo pelo processo de redemocratização do Brasil, que se prenunciava, tenham permitido a mobilização e o empenho dos novos servidores nesse primeiro momento⁶.

A nova equipe assumiu ainda no mesmo quadro diretivo da crise anterior. Mas logo outro episódio de graves proporções pesou sobre o Condephaat: a jamais plenamente explicada demolição, em uma só noite, de uma série de casarões na Avenida Paulista. Tal perda traumática provocou a renúncia coletiva do Conselho e uma cicatriz simbólica no órgão (RODRIGUES, 2000).

O novo presidente do Conselho, o geógrafo Aziz Ab'Saber, teve gestão curta, de apenas oito meses, concluindo a gestão interrompida, mas deixou forte marca. Audaciosamente, estendeu o uso do tombamento para as áreas naturais na inaudita escala da Serra do Mar, para cuja gestão técnica designou, de novo recorrendo a expedientes variados, biólogos e geógrafos⁷. Abriu as reuniões democraticamente à participação técnica, cujos pareceres a partir daí adquiriram crescente peso nas decisões do Colegiado.

Ao apresentar-se aos técnicos, Ab'Saber falou sobre a preservação com uma dimensão que levasse em conta não apenas os aspectos materiais. Recomendou vigorosamente, por exemplo, a leitura de *Parceiros do Rio*

6. O processo seletivo, organizado pela reputada Fundação Carlos Chagas selecionou, com provas de conhecimento dirigido à atuação de identificação de valor e intervenção em edificações, 33 arquitetos e 11 historiadores entre 1981 e 1982. Parte dessa equipe efetivou-se e se manteve nas décadas seguintes. Parte exonerou-se, distribuindo-se, a maioria concentrando-se em atividades acadêmicas ou outros órgãos de preservação municipal ou federal. Significativa parte do corpo permanente buscou aprimoramento de sua qualificação em cursos de pós-graduação e especialização brasileiros e internacionais.

7. Essa equipe vinculada a áreas naturais atuou por alguns anos, sendo extinta apenas anos mais tarde pelo governador Orestes Quécia, em retaliação a não aprovação de túnel sob o Parque Ibirapuera, com base em parecer contrário dado pela equipe de áreas naturais à execução, posição também adotada pelo Conselho e que levou à exoneração do presidente Paulo Bastos e da Secretária da Cultura, Bete Mendes.

Bonito, de Antonio Cândido, para que se buscasse compreender a cultura paulista.

Seu alerta à jovem equipe localizava-se em um âmbito que ecoava discussões internacionais e locais, que aos poucos deslocavam e ampliavam o campo da preservação para além dos limites do histórico e artístico, em direção ao conceito de patrimônio *cultural* – cujas definições, limites e implicações eram ainda pesquisados, esboçados e vagamente perseguidos.

O renomado geógrafo montou expressa e improvisadamente um corpo técnico para tratar das questões ambientais (que não se manteve por muito tempo) e lançou as bases para estender o conceito de patrimônio a ser preservado para o meio ambiente – o que está na base do tombamento da Serra do Mar em 1985.

No próprio Condephaat, um pouco antes havia repercutido o curso ministrado pelo arqueólogo, historiador e museólogo francês Varine de Bohan na FAU-USP (VARINE-BOHAN, 1974), como mais de uma vez já relatou Carlos Lemos. O processo de tombamento do Fórum de Avaré é emblemático. Inicialmente, o arquiteto, atuando como técnico, posiciona-se contra o tombamento do edifício, um exemplar de arquitetura eclética de tom medievalista, projeto do posteriormente valorizado arquiteto Victor Dubugras atuando no Departamento Estadual de Obras Públicas no início de sua carreira brasileira, no final do século XIX. Pouco tempo depois, aludindo à ampliação de conceitos advindos do curso sobre preservação, o mesmo técnico altera sua posição em novo parecer em que recomenda o tombamento, o que efetivamente aconteceu⁸. Em intervalo curto, Carlos Lemos registra a mudança de rumo e de limites do que se reconhecia como patrimônio a ser preservado que vinha se esboçando e que será ainda mais consistente a partir da década de 1980.

A revisão do campo da preservação – como um lugar exclusivo de especialistas conectados à área da história da arquitetura – já vinha ocorrendo no Condephaat também nas designações da presidência do Conselho. O mandato de Ruy Ohtake (maio de 1979-setembro de 1982) – como dito, um representante da Escola Paulista de Arquitetura, sem experiência anterior

8. Proc. Condephaat 11975/69; Resolução de Tombamento 48 de 6/12/80; Lemos (2005).

na área – fora seguido pelo de Aziz Ab’Saber, um geógrafo (novembro de 1982-março de 1983).

Essa revisão no campo de atuação dos arquitetos será ainda mais ampliada com a nova composição do Conselho, presidida pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes (março de 1983-outubro de 1984), que assumiu como designação do primeiro governador eleito após a ditadura, André Franco Montoro. Dimensões que apenas muito recentemente vêm se concretizando em legislação e práticas – em torno das manifestações imateriais da cultura – passaram a ser discutidas internamente.

Logo no início de sua gestão, Arantes propôs a realização de um seminário para a discussão de conceitos e práticas da preservação. Sua formação em Ciências Humanas, apoiada pela presença de historiadores, contribuiu para o desenho de um fórum de ideias com profissionais que pensassem a memória em diferentes campos de pesquisa (ARANTES, 1984).

As reuniões para projetar o seminário começavam em sua sala e continuavam na sala “dos historiadores”. Participei da reduzida equipe que organizou o encontro com Maria Auxiliadora Guzzo e Marly Rodrigues. O Seminário realizou-se em duas etapas: “Cultura, Patrimônio e Preservação”, entre 21/05 e 01/07/83; e “Problemas Metodológicos”, de 02/08 a 10/08/83.

Foram convidados para o Seminário interno os colegas técnicos dos órgãos de preservação federal e municipal – Iphan e Departamento de Patrimônio Histórico –, além de arquitetos e historiadores com experiência nas áreas de preservação; profissionais e acadêmicos das áreas de Filosofia, Letras, Sociologia, Antropologia, Museologia e Geografia. Willi Bolle, Eunice Ribeiro Durham, Waldisa Russio, Antônio Augusto Arantes Neto, Helena Saia, Bela Feldaman-Bianco, Olympio Serra, Ruth Cardoso, Décio Tozzi, Paulo Mendes da Rocha, Marco Aurélio Queiroz, Paulo Ormino de Azevedo, Lucio Kowarick, Maria Adélia A. e Souza, Nestor Goulart Reis Filho, Rachel Glezer, Marco Aurélio Garcia, Ecléa Bosi, Jaelson Trindade, Benedito Lima de Toledo, Carlos A. C. Lemos, Dora Alcântara, Liliana Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles, Antonio Luiz Dias de Andrade, Bernardo José Castelo Banco apresentaram seus trabalhos e reflexões na área em intensos e produtivos encontros.

Os profissionais da área mais consolidada da preservação da arquitetura apresentaram seus métodos, inventários e projetos de intervenção,

como planos para recuperação e controle das transformações dos núcleos de Ouro Preto e do Pelourinho; inventários de reconhecimento na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo e projetos de intervenção. Os das áreas das Ciências Humanas apresentaram formas de reconhecer a memória e de registrá-la. Foram marcantes as participações de Willi Bolle, introduzindo a infância berlinense de Walter Benjamin, os objetos e sensações incitadores de memória involuntária; foram emocionantes a apresentação dos métodos de recuperação das lembranças de locais e objetos nas vozes dos velhos coletados por Ecléa Bosi; foi revelador compreender aspectos da Festa da Achirópita como elemento de coesão de grupos do Bixiga e da Bela Vista, nas explicações de Ruth Cardoso.

A primeira parte do Seminário foi publicada com o título *Produzindo o Passado* (ARANTES, 1984); a segunda não chegou a ser publicada. Mas para além de relatos de como essa publicação repercutiu em grupos ligados à conceituação de patrimônio cultural, em minha própria formação e para as equipes internas do Condephaat como um todo, o convívio rico com os historiadores e o olhar dessacralizado das categorias de monumento da “boa arquitetura” foram fertilizadores. Houve cerca de uma dúzia de encontros em 1983, semeando aquele começo promissor de um jovem quadro técnico em um órgão que se redimensionava.

3 CONSIDERAÇÕES

Posso, afinal, chegar à demanda que me foi feita para esse artigo: qual o papel do concurso e qual o papel desse seminário para a atuação posterior do Condephaat?

O que é possível dizer? Hoje, em fase de tantos questionamentos sobre quadros estáveis no funcionalismo, é possível supor alguns marcos importantes que contribuíram para a atuação desenhada e intensificada a partir da década de 1980: a seleção dos técnicos, com provas especificamente direcionadas para a área, inclusive com realização de projeto arquitetônico de intervenção em paisagem urbana preservada, e feitas por entidade de reconhecimento público; o começo da atuação em período de redemocratização do país; a interdisciplinaridade e pluralidade da formação da equipe e do Conselho, sintetizada em uma busca de reflexão no Seminário logo no início; o processo, já em curso, de ampliação dos limites do conceito de bens patrimoniais, revendo

algumas balizas consagradas na preservação oficial até então realizada; a também expansão da diversidade de agentes atuando no reconhecimento de bens culturais; e a abertura do Condephaat desde a sua origem para análise de solicitações de tombamento feitas pela comunidade em geral.

Creio que essas são as marcas que conformaram o que foi o corpo estável de profissionais atuantes em cerca de 35 dos 50 anos do Condephaat.

Durante os anos 1980, a visibilidade, atividades, número e diversidade de tipos de bens tombados do Condephaat só fez crescer. Datam dessa década, por exemplo, o reconhecimento ou tombamento dos bairros jardins e da Serra do Mar; de terreiro de candomblé; de núcleos urbanos, como o Picinguaba; do conjunto de prédios de escolas públicas da Primeira República; de *campi* universitários, como o da USP de Ribeirão Preto; e de bens das estradas de ferro, como a Perus-Pirapora. Os tombamentos dos bairros Jardins e Pacaembu – e estudos de uma série de outros bairros jardins cujos tombamentos posteriormente não se efetivaram – passaram a exigir uma diversificada e intensa carga de trabalho, além de incorporarem, na maioria dos casos, o exame de extensas áreas urbanas, conhecidas como áreas envoltórias.

A demanda de trabalho gerada pelas aprovações e licenciamentos absorveu grande parte da força de trabalho, dificultando muito as ações de estudos de tombamento e impactando ainda mais gravemente a realização interna de projetos e realização de obras de restauração nos bens tombados. O quadro começou a mudar aos poucos. Em 2006, o Decreto Estadual n. 50.941 reorganizou a Secretaria da Cultura e o Condephaat. Entre as modificações, criava-se a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico como departamento técnico, ratificando-se um grupo para tratar exclusivamente dos pedidos de preservação: o Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural (GEI), sucessor do antigo e pouco efetivado Centro de Estudos de Tombamento (CET). A partir daí, iniciaram-se ações para conceituar e estabelecer parâmetros para o tombamento. Logo depois, em 2006 e 2009, houve ampliação do quadro técnico, mediante concurso para, respectivamente, executivos públicos (incluindo historiadores) e arquitetos.

Nos estudos de tombamento, aos poucos foi se firmando um entendimento do caráter seletivo que se deve imprimir à preservação oficial.

Em nosso entender, devemos formar, especialmente na representação de arquitetura e urbanismo – mas não apenas – séries que permitam compreender, ainda que com recortes temáticos e temporais, a constituição da cultura material paulista até o presente. Embora as séries ainda não estejam claramente delineadas e explícitas para o grande público (nem sequer para o Conselho), entendimento técnico vem sendo construído sobre o agrupamento de bens com nexos de origem e/ou função, em detrimento – sempre que possível – do tombamento de bens isolados.

A experiência de enfrentar a diversidade do patrimônio cultural paulista a partir do estudo das séries por função foi caminho que se construiu no Condephaat a partir do bem-sucedido estudo das escolas públicas produzidas pelos primeiros governos republicanos. Tal estudo, feito ao mesmo tempo em que se investia no aprimoramento de diretrizes e orientação para a recuperação e adequação dos prédios feitos no início do século XX para as necessidades escolares contemporâneas, foi um consistente embrião para as ações de reconhecimento e preservação no Condephaat⁹.

Esse estudo desenvolveu-se ao longo de três décadas, pois apresentava grandes desafios, sobretudo legais, que aos poucos foram superados. Ao mesmo tempo, criou conhecimento interno sobre arquitetura escolar, pública e institucional, em geral. Mas, mais que isso, ajudou a consolidar um método para reconhecimento do patrimônio a partir de sua origem funcional. Método este que vem sendo empregado na última década pelo Grupo de Estudos e Inventário (GEI) para o estudo de conjuntos ferroviários, estabelecimentos de saúde, de segurança pública, de ensino superior, usinas e fábricas. Também a constituição de séries tem orientado o estudo de obras arquitetônicas, como as produzidas por arquitetos reconhecidos, ou de

9. O estudo culminou em 2010 no tombamento de 126 prédios escolares no Processo Condephaat 24929/86. Resolução 60 de 21/07/2010. O processo de identificação inicialmente gerou as publicações: RAMALHO, M. Lúcia Pinheiro; WOLFF, Silvia Ferreira Santos. As escolas públicas paulistas na Primeira República. *Projeto*, São Paulo, n. 87, p. 66-71, maio 1986 e CORREA, Maria Elisabeth Peirão Correa et al. *Arquitetura escolar paulista 1890-1920*. São Paulo: FDE, 1991. Além disso, os resultados desse trabalho foram apresentados no II Arquivemória, realizado em Belo Horizonte, em agosto de 1987 e *Arquivemória 4* realizado em Salvador, em 2013 e em Congressos relativos à educação. Em 1992, concluiu-se a dissertação de mestrado defendida na FAU-USP *Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*, da qual se deriva o livro: WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Escolas para a República*. São Paulo: Edusp, 2010.

um determinado período, e de segmentos urbanos. Um olhar aprofundado e que se expanda para outros aspectos sempre será possível e desejável, mas assim como as séries de objetos museológicos classificados por sua natureza permitem uma primeira ordenação sistemática da qual poderão derivar outras interpretações ou modos de organização, o agrupamento de bens por sua finalidade primitiva tem agilizado os processos de reconhecimento e atribuição de valor do patrimônio paulista.

Além disso, os agrupamentos buscam não apenas a reunião de bens semelhantes por sua natureza funcional e estética, mas a superposição no território, priorizando, quando possível no caso de setores ou conjuntos urbanos, a concentração das representações também em segmentos espacialmente delimitados.

Em parte com a ideia de tentar permitir melhor comunicação com o público das motivações dos tombamentos, inclusive em roteiros e percursos que permitam contato com os bens preservados, e assim, maior compreensão de seus nexos e das relações entre eles. Acredito que seja uma forma de aproximar o patrimônio selecionado da comunidade. Talvez concretamente esboçando uma dimensão mais efetiva do que hoje em dia se persegue – a educação patrimonial.

Outro aspecto é que os ecos da ampliação de conceitos esboçados desde as primeiras discussões sobre patrimônio ambiental urbano, ou patrimônio cultural, nos anos 1970 e 1980, estão presentes em tombamentos recentes. Não apenas séries agrupadas por função – como o tombamento de escolas ou fóruns públicos, ou de conjuntos ferroviários; mas séries cuja formulação do valor patrimonial leva muito em conta, e desde o início, as dimensões imateriais. É o caso dos tombamentos recentes da Praça da Sé e da Catedral Metropolitana e dos asilos-colônia de Hanseníase, exemplarmente estudados por equipes mistas de Arquitetura e História.

Nessas novas abordagens, o Condephaat tem se beneficiado muito de novos agentes que vieram se somar aos seus quadros. Novos técnicos, mais uma vez provenientes de várias formas de contratação, inclusive processos seletivos, vêm trazendo, desde o final da primeira década deste século, produtiva renovação e nova força de trabalho.

Em 2012, houve comemoração do ingresso da equipe de 1982¹⁰. Cerca de cem pessoas reuniram-se: técnicos, funcionários administrativos, antigos conselheiros, presidentes, engenheiros, restauradores, gerações de ex-estagiários, arquitetos que aprovaram obras de intervenção nesses anos, os novos técnicos...

Naquela data, como agora, foram evocadas ações, trocas e vivências. Qualquer lembrança será parcial e incompleta: tombamentos aqui mencionados, cursos e seminários, pessoas e técnicos; trocas “intra e extramuros”, como as que se exerceram com órgãos municipais e federais, com universidades, em congressos, com a sociedade, com conselheiros¹¹. Nesse tempo, a equipe de 1982 quase toda já se aposentou. Mas o órgão renovou-se; reestruturou-se e, mais uma vez, busca rever e ampliar suas práticas. Tem havido correção dos equívocos.

Já na conta do legado positivo do que se desenhou no início da década de 1980, talvez o maior tenha sido contribuir para a instituição do reconhecimento da necessidade de preservação do patrimônio mais amplamente por variados segmentos da sociedade. Junto, fica a consolidação da pluralidade do patrimônio cultural paulista, expresso em tombamentos, registros e preservações de diversificados bens culturais materiais e imateriais: estradas e caminhos; portos e pontes; residências senhoriais e operárias; engenhos e fazendas; edificações de técnicas construtivas variadas, arquitetura moderna e eclética; galpões fabris, estações de trem; lugares de culto variado, de umbanda, igrejas, capelas urbanas e rurais; lugares de dor e sofrimento; quartéis, prisões e fóruns; hospitais e asilos; e instituições de ensino.

Muito falta para a consolidação desse patrimônio, para sua manutenção adequada, utilização pública, fomento e financiamento de intervenções e conservação. Os 50 anos, parece, foram só o começo.

10. Após 27 anos, houve ao menos parcial renovação dos quadros. Tal ampliação associada à criação do Grupo de Estudos e Inventários provou-se um acerto, pois a atuação de reconhecimento e melhor definição conceitual e prática dos tombamentos vem crescendo.

11. Seria impossível nomear todos os que nesse trinta e poucos anos desde o ingresso da geração de técnica de 1982 e que interna ou externamente com ela trabalharam para a preservação em São Paulo, mas talvez caiba ainda destacar os não mencionados Antônio Luís Dias de Andrade, Murillo Azevedo Marx e Ulpiano Bezerra Toledo de Menezes, com várias participações ao longo dos anos como conselheiros e técnicos e que contribuíram intensamente para a constituição de uma ação no Condephaat.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CORREA, Maria Elisabeth Peirão Correa et al. *Arquitetura escolar paulista 1890-1920*. São Paulo: FDE, 1991.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Viagem pela carne*. São Paulo: Edusp, 2005.
- RAMALHO, M. Lúcia Pinheiro; WOLFF, Silvia Ferreira Santos. As escolas públicas paulistas na Primeira República. *Projeto*, São Paulo, n. 87, p. 66-71, maio 1986.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo. 1969-1987*. São Paulo: Imesp/Unesp/Condephaat/Fapesp, 2000.
- VARINE-BOHAN, Hügues de. *Patrimônio cultural: a experiência internacional. Notas de aula 12-8-1974*. São Paulo: FAU-USP, 1974.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos. *Escolas para a República*. São Paulo: Edusp, 2010.
- WOLFF, Silvia Ferreira Santos; ZAGATO, José Antônio Chinelato. A preservação do patrimônio moderno no Estado de São Paulo pelo Condephaat. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 194.07, jul. 2016. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.194/6129>. Acesso em: 5 ago. 2018.